

CHAMADA PERMANENTE DE ARTIGOS

REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO (Revista Internacional Online)

COMPARATIVE HEALTH LAW JOURNAL (Online International Journal)

O Conselho Editorial e o Editor-Chefe da Revista de Direito da Saúde Comparado, no uso de suas atribuições, convidam membros da comunidade acadêmica e pesquisadores do Brasil e do exterior para participarem de seleção e publicação de artigos inéditos para a quinta edição de 2024.

Criada em 2022 e vinculada ao Programa de Mestrado em Direito Médico da UNISA, a **revista científica internacional possui periodicidade semestral**.

O presente chamamento desta revista internacional tem por objetivo a seleção e a publicação de artigos inéditos, nos idiomas **português, inglês, espanhol, francês e italiano**, sobre direito médico e direito à saúde. Tem por finalidade a publicação de artigos científicos de interesse internacional que contribuam para a evolução e disseminação do conhecimento nesses temas, incluindo políticas públicas na área da saúde, pública e da saúde suplementar.

Enrique Ricardo Lewandowski

Presidente do Conselho Editorial

Georghio Tomelin

Editor-Chefe

Richard Pae Kim

Editor-Chefe

1. PROCEDIMENTOS E AVALIAÇÕES

Os editores devem atuar com respeito às diretrizes de integridade, de modo objetivo e imparcial, sem qualquer tipo de discriminação ou interesse distinto do mérito científico das pesquisas (Guia PKP <https://pkpschool.sfu.ca/courses/becoming-an-editor/>). Os responsáveis pelo

processo editorial do periódico são divididos em funções, cujas atribuições e deveres éticos são assim determinados:

- 1.1. Equipe editorial: os editores são responsáveis por todo o processo editorial do periódico, do controle preliminar (*desk review*), distribuição para o *blind review* dos avaliadores, análise dos pareceres e decisão final sobre a publicação. A Equipe Editorial da REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO é composta por editor-chefe, conselho editorial e pelo conselho científico.
- 1.2. O editor-chefe supervisiona o processo editorial, definindo a política da revista com os membros da equipe editorial. O editor-chefe é igualmente responsável pela análise preliminar (*desk review*) dos manuscritos, distribuição dos artigos para o *blind*, decisão acerca de pedidos de revisões das decisões da equipe ou denúncias de práticas contrárias às regras de conformidade. É o representante da revista, cumprindo o papel de divulgar e publicizar o periódico. O editor-chefe pode assumir o processo editorial de determinada seção e artigos do periódico ou designar editor assistente responsável.
- 1.3. Os pareceristas são pesquisadores com produção destacada nas respectivas áreas científicas encarregados pelo *blind review* e confecção dos pareceres.

2. OBJETIVO

O presente chamamento desta revista internacional tem por objetivo a seleção e a publicação de artigos inéditos, nos idiomas português, inglês, espanhol, francês e italiano, sobre direito médico e direito à saúde. Tem por finalidade a publicação de artigos científicos de interesse internacional que contribuam para a evolução e disseminação do conhecimento nesses temas, incluindo políticas públicas na área da saúde, pública e da saúde suplementar.

3. CRONOGRAMA

Volume 3 - Número 5	
Lançamento do chamamento de artigos segundo semestre	26 de agosto
Data limite de submissão de artigos para a edição do segundo semestre	Até as 23h59m do dia 04 de novembro
Divulgação dos resultados a cada um dos que submeteram os seus artigos e publicação	Até 15 de dezembro

4. REGRAS DE SUBMISSÃO

- 4.1. A revista publica apenas artigos inéditos.
- 4.2. O autor deverá ser pós-graduado em nível de Mestrado (Mestrando), Doutorado (Doutorando) ou com Pós-Doutorado em qualquer área de formação, desde que respeitado o objeto da revista.
- 4.3. O artigo poderá ter autoria compartilhada.
- 4.4. Serão aceitos artigos com até 3 (três) autores, **desde que um dos autores possua o título de Doutor** e, preferencialmente, esteja vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Direito (ou áreas afins).
- 4.5. Os trabalhos encaminhados para publicação na REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO deverão ser inéditos no Brasil e sua publicação não deve estar pendente em outros veículos de publicação, impressos ou eletrônicos.
- 4.6. Após a publicação na Revista, os trabalhos poderão ser publicados em outros veículos, desde que citando a publicação original como fonte.
- 4.7. Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (Internet, CD-Rom, e-book, etc.).
- 4.8. Os interessados em submeter seus artigos para publicação deverão acessar o endereço eletrônico da Revista <<https://revistas.unisa.br/index.php/direitosaude/user/register>>, fazer seu cadastro e submeter o(s) artigo(s) eletronicamente, no próprio sistema.
- 4.9. A submissão, além de ser realizada no sistema da revista, deve ser comunicada aos editores pelo email <revista.rdsc@unisa.br>.
- 4.10. Recomenda-se a utilização de processador de texto Microsoft Word 2013 ou superior. Caso seja usado outro processador de texto, os arquivos devem ser gravados no formato RTF (de leitura comum a todos os processadores de texto) ou ODT (Libre Office Writer).
- 4.11. O envio de material para a Revista implica na declaração tácita de ineditismo do estudo.
- 4.12. O texto do artigo encaminhado poderá ser em português, inglês, espanhol, francês e italiano.
- 4.13. Os artigos submetidos por autores ou coautores estrangeiros possuem prioridade.
- 4.14. Na REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO podem ser publicados artigos escritos por especialistas de outras áreas, desde que o tema seja de interesse para a área do direito médico e direito à saúde e que seja escrito, preferencialmente, em conjunto com coautor da área do direito.

5. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO – EM PORTUGUÊS

5.1. Os artigos deverão ser precedidos por uma página de rosto da qual se fará constar: título do trabalho em português (centralizado e destacado em negrito); título do trabalho em inglês (centralizado e destacado em negrito); nome do autor, CPF, endereço completo para correspondência, com CEP, telefone/fax, e-mail e um brevíssimo currículo, de no máximo três linhas, com os principais títulos acadêmicos e/ou a principal atividade exercida; resumos, em português, seguido das palavras-chave; abstract, em inglês, seguido das *keywords*.

5.2. O resumo seguirá as diretrizes da ABNT NBR 6028:2003 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas). Deverá contemplar, em sua estrutura, quatro partes: objeto (do que trata); objetivo (onde pretende chegar); método (tipo de pesquisa ou estrutura textual); conclusão (resultados alcançados). Terá, no máximo, 10 linhas e será redigido em um só parágrafo, obedecendo-se as pontuações gramaticais.

5.3. As palavras-chave (palavras ou expressões que expressem as ideias centrais do texto) devem ser no máximo cinco, como, por exemplo: Palavras-chave: Direito Médico; procedimentos médicos; responsabilidade; indenização; proporcionalidade.

5.4. Os trabalhos encaminhados deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a. Folha de papel A4;
- b. Entre 15 e 25 páginas, com parágrafos justificados, sem formatação de qualquer natureza;
- c. Fonte Times New Roman, corpo tamanho 12;
- d. Entrelinhas simples;
- e. Margens superior e inferior de 2,0 cm, lateral esquerda e direita de 3,0 cm;
- f. Texto estruturado com sumário, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências às fontes consultadas sendo que a introdução deverá conter a justificativa e os objetivos do trabalho, ressaltando a relevância do tema investigado; o desenvolvimento abrangerá a discussão e/ou análise das hipóteses apresentadas, com amparo bibliográfico adequado; a conclusão deverá conter de forma concisa a resposta aos objetivos propostos; a numeração dos tópicos deverá ser progressiva, identificadas com algarismos arábicos, sem ponto, com dois espaços antes do título do tópico (Exemplo: 2) e as subseções têm ponto intermediário (Exemplo: 2.1);
- g. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico. Não deve ser usado o negrito ou a sublinha. Citações de outros autores contendo até três linhas devem ser feitas entre aspas, no corpo do texto, sem o uso de itálico. As citações que ultrapassarem a três linhas deverão figurar em parágrafo próprio, com recuo de 4,0 cm, fonte 1 ponto menor que o do texto principal, sem aspas, conforme orientações da ABNT NBR 10520:2023 (Citações em documentos). As referências legislativas ou jurisprudenciais devem conter todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização. Em citações

de sites da Internet, deve-se indicar expressamente a data de acesso no seguinte formato: Acesso em: 23 out 2021.

h. As citações em línguas estrangeiras devem ser obrigatoriamente traduzidas.

i. As notas de rodapé de cada página serão utilizadas, preferencialmente, para apresentação de conceitos e explicações que não possam ser inseridos no corpo do texto;

j. As referências textuais deverão ser feitas de acordo com a NBR ABNT 6023:2018. Elas devem ser citadas em formato “**autor: data**” no corpo do texto principal. Todas as fontes utilizadas na pesquisa e citadas no texto deverão constar no final do artigo com o título Referências.

5.5. Os trabalhos que não atenderem a quaisquer uma das normas para publicação serão devolvidos. A Revista não se responsabilizará e não realizará correção, adaptação ou complemento nos trabalhos, tais como inserção de resumo ou palavras-chave, que ficam à elaboração exclusiva do autor do artigo.

5.6. Todos os artigos serão submetidos à inspeção com programa antiplágio. Não são considerados inéditos os textos: divulgados na internet ou publicados em anais de eventos científicos. Serão considerados inéditos os artigos que consistam em versões reduzidas de dissertações de mestrado ou teses de doutorado, embora publicados integralmente em bancos de teses de programas de pós-graduação e os publicados anteriormente em anais de eventos científicos, mas que apresentem efetivos aprimoramentos em razão de debates e estudos posteriores (destacar tais modificações à equipe editorial no e-mail da submissão). Alterações não justificadas em trabalhos já publicados, só serão toleradas até o limite de 30% de coincidência de caracteres.

5.7. Traduções de artigos também poderão ser submetidas à apreciação do periódico, desde que acompanhadas da autorização de seus respectivos autores e, quando necessário, do periódico que detenha seus direitos de publicação. No entanto, a decisão sobre a sua publicação ou não será prerrogativa da coordenação da Revista.

5.8. Solicita-se que o autor informe em nota de rodapé qualquer financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais (por ex., se o artigo é fruto de parecer contratado), e que declare não haver conflito de interesses que comprometam a cientificidade do trabalho apresentado. Se o trabalho for resultante de pesquisas financiadas por órgãos de fomento, deverá haver tal informação em nota de rodapé, especificando o edital de que resulta o financiamento.

5.9. Recebido o trabalho pela coordenação da Revista, realizar-se-á o respectivo aviso de recebimento ao autor.

5.10. Após a verificação do atendimento das normas de publicação, o trabalho será submetido à análise prévia da coordenação, para verificação de adequação à linha editorial. Após essa avaliação, o artigo terá suprimidos todos os elementos que permitam a identificação de seu autor e será remetido à análise de um parecerista anônimo, indicado pelo coordenador do Conselho Editorial, para Avaliação qualitativa de sua forma e conteúdo. Caso o parecer seja negativo, o trabalho será enviado para um segundo parecerista anônimo, seguindo o sistema do *double blind peer review*.

5.11. A seleção de trabalhos para publicação é de competência do Conselho Editorial e será feita mediante a análise dos pareceres técnicos. Os trabalhos recebidos para análise e aprovados não serão devolvidos aos autores.

5.12. As decisões do Conselho Editorial não serão suscetíveis de recursos ou impugnações em qualquer etapa do processo.

5.13. A coordenação ficará à disposição dos autores, sempre que pretenderem obter informações acerca do andamento do processo de análise editorial dos trabalhos encaminhados, por meio do correio eletrônico <revista.rdsc@unisa.br>, assunto: Informações sobre análise de matéria da Revista.

5.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial da REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO.

6. STANDARDS FOR PUBLICATION - ENGLISH

6.1. The articles must be preceded by a cover page which will include: title of the work in Portuguese (centered and highlighted in bold); title of the work in English (centered and highlighted in bold); author's name, full mailing address, with zip code, telephone/fax, e-mail and a very brief curriculum vitae, with a maximum of three lines, with the main academic titles and/or the main activity performed; abstract, in English, followed by the Keywords; abstract in Spanish or Portuguese, followed by the Keywords in Spanish or Portuguese .

6.2. The summary will follow the guidelines of ABNT NBR 6028:2003 (Brazilian Standard of the Brazilian Association of Technical Standards). It should include, in its structure, four parts: object (what it is about); objective (where you want to go); method (type of research or textual structure); conclusion (results achieved). It will have a maximum of 10 lines and will be written in a single paragraph, obeying the grammatical punctuation.

6.3. The keywords (words or expressions that express the central ideas of the text) must be a maximum of five. For example: Keywords: Medical Law; Medical procedures; accountability; indemnity; proportionality.

6.4. The submitted works must be presented as follows:

a. A4 size paper;

b. Between 15 and 25 pages, with justified paragraphs, without formatting of any kind;

c. 12-point Times New Roman font;

d. Line spacing, characters and words: single;

e. Top and bottom margins at 2,0 cm; left and right margins at 3,0 cm;

f. Structured text with summary, introduction, development, conclusion and references to the consulted sources. The introduction must contain the justification and objectives of the

work, highlighting the relevance of the investigated topic; the development will cover the discussion and/or analysis of the presented hypotheses, with adequate bibliographic support; the conclusion must contain, in a concise way, the answer to the proposed objectives; the numbering of topics should be progressive, identified with Arabic numerals, without a period, with two spaces before the topic title (Example: 2) and the subsections have an intermediate period (Example: 2.1);

g. Any emphasis that you want to give to the text must be done in italics. Bold or underlining should not be used. Citations of other authors with up to three lines must be made between quotation marks, in the body of the text, without the use of italics. Citations that exceed three lines must appear in their own paragraph, with a 4.0 cm indentation, font 1 point smaller than the main text, without quotation marks, according to ABNT NBR 10520:2023 guidelines (Citations in documents). Legislative or jurisprudential references must contain all the data necessary for their proper identification and location. In citations from Internet sites, the date of access must be expressly indicated in the following format: Accessed on: 23 Oct 2021.

h. Quotations in foreign languages aside English must be translated;

i. The footnotes of each page will be used, preferably, for the presentation of concepts and explanations that cannot be inserted in the body of the text;

j. Textual references must be made in accordance with NBR ABNT 6023:2018. They must be cited in “author: date” format in the main text. All sources used in the research and cited in the text must appear at the end of the article with the title References.

6.5. Works that do not meet any of the publication rules will be returned. The Journal will not be responsible for and will not correct, adapt or complement the works, such as insertion of abstract or keywords, which are exclusively for the author of the article.

6.6. All articles will undergo inspection with an anti-plagiarism program. Texts published on the internet or published in annals of scientific events are not considered unpublished. Articles consisting of reduced versions of master's dissertations or doctoral theses will be considered unpublished, although published in full in postgraduate programs' theses banks and those previously published in annals of scientific events, but which present effective improvements due to debates and further studies (highlight such changes to the editorial team in the submission email). Unjustified changes in previously published works will only be tolerated up to a limit of 30% of character coincidence.

6.7. Translations of articles may also be submitted for consideration by the journal, provided they are accompanied by the authorization of their respective authors and, when necessary, of the journal that holds their publication rights. However, the decision on whether or not to publish it will be the prerogative of the journal's coordination.

6.8. Once the work has been received by the journal's coordination, the respective acknowledgment of receipt will be given to the author.

6.9. After verifying compliance with the publication rules, the work will be submitted to prior analysis by the coordination, to verify its adequacy to the editorial line. After this evaluation, the article will have deleted all the elements that allow the identification of its author

and will be sent to the analysis of an anonymous referee, appointed by the coordinator of the Editorial Board, for a qualitative evaluation of its form and content. If the review is negative, the work will be sent to a second anonymous reviewer, following the double blind peer review system.

6.10. The selection of works for publication is the responsibility of the Editorial Board and will be done through the analysis of technical opinions. The works received for analysis and approved will not be returned to the authors.

6.11. The decisions of the Editorial Board will not be subject to appeals or challenges at any stage of the process.

6.12. The coordination will be available to the authors, whenever they want to obtain information about the progress of the editorial analysis process of the submitted works, through the electronic mail <revista.rdsc@unisa.br>, subject: Information on the analysis of the Journal's material.

6.13. Omissions will be resolved by the REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO Editorial Board.

7. REGLAS DE PUBLICACIÓN - ESPAÑOL

7.1. Los artículos deben estar precedidos por una portada que incluirá: título del trabajo en español (centrado y resaltado en negrita); título de la obra en inglés (centrado y resaltado en negrita); nombre del autor, dirección postal completa, con código postal, teléfono/fax, correo electrónico y currículum vitae muy breve, con un máximo de tres líneas, con los principales títulos académicos y/o la actividad principal que realiza; resumen, en español, seguido de las palabras clave; resumen, en inglés, seguido de las palabras-clave.

7.2. El resumen seguirá las directrices de la ABNT NBR 6028:2003 (Norma Brasileña de la Asociación Brasileña de Normas Técnicas). Debe incluir, en su estructura, cuatro partes: objeto (de qué se trata); objetivo (adónde quieres ir); método (tipo de investigación o estructura textual); conclusión (resultados obtenidos). Tendrá un máximo de 10 líneas y se redactará en un solo párrafo, obedeciendo la puntuación gramatical.

7.3. Las palabras clave (palabras o expresiones que expresan las ideas centrales del texto) deben ser un máximo de cinco, por ejemplo: Palabras clave: Derecho Médico; Procedimientos médicos; responsabilidad; indemnidad; proporcionalidad.

7.4. Los trabajos enviados deben presentarse de la siguiente manera:

- a. Hoja de papel A4;
- b. Entre 15 y 25 páginas, con párrafos justificados, sin formato de ningún tipo;
- c. Fuente Times New Roman, tamaño 12;
- d. Interlineado, caracteres y palabras: simple;

e. Margenes superior e inferior de 2,0 cm, lados izquierdo y derecho de 3,0 cm;

f. Texto estructurado con resumen, introducción, desarrollo, conclusión y referencias a las fuentes consultadas. La introducción debe contener la justificación y objetivos del trabajo, destacando la relevancia del tema investigado; el desarrollo comprenderá la discusión y/o análisis de las hipótesis presentadas, con adecuado sustento bibliográfico; la conclusión debe contener, de manera concisa, la respuesta a los objetivos propuestos; la numeración de los temas debe ser progresiva, identificada con números arábigos, sin punto, con dos espacios antes del título del tema (Ejemplo: 2) y las subsecciones tienen un punto intermedio (Ejemplo: 2.1);

g. Cualquier énfasis que se quiera dar al texto debe hacerse con el uso de cursivas. No se deben utilizar negritas ni subrayados. Las citas de otros autores con hasta tres líneas deben hacerse entre comillas, en el cuerpo del texto, sin el uso de cursiva. Las citas que excedan las tres líneas deben aparecer en su propio párrafo, con sangría de 4,0 cm, letra 1 punto más pequeña que el texto principal, sin comillas, de acuerdo con las directrices de la ABNT NBR 10520:2023 (Citas en documentos). Las referencias legislativas o jurisprudenciales deberán contener todos los datos necesarios para su correcta identificación y localización. En citas de sitios de Internet, la fecha de acceso debe indicarse expresamente en el siguiente formato: Consultado en: 23 Oct 2021.

h. Las cotizaciones en idiomas distintos al español deben ser traducidas.

i. Las notas a pie de página de cada página se utilizarán, preferentemente, para la presentación de conceptos y aclaraciones que no puedan insertarse en el cuerpo del texto.

j. Las referencias textuales deben hacerse de acuerdo con la NBR ABNT 6023:2018. Deben citarse en formato “autor: fecha” en el cuerpo del texto principal. Todas las fuentes utilizadas en la investigación y citadas en el texto deben aparecer al final del artículo con el título y Referencias.

7.5. Los trabajos que no cumplan con alguna de las normas de publicación serán devueltos. La Revista no será responsable y no corregirá, adaptará o complementará los trabajos, tales como inserción de resúmenes o palabras clave, que son de exclusiva responsabilidad del autor del artículo.

7.6. Todos los artículos serán inspeccionados con un programa antiplagio. Los textos publicados en internet o publicados en anales de eventos científicos no se consideran inéditos. Se considerarán inéditos los artículos que consistan en versiones reducidas de disertaciones de maestría o tesis doctorales, aunque estén publicadas íntegramente en bancos de tesis de programas de posgrado y las publicadas previamente en anales de eventos científicos, pero que presenten mejoras efectivas producto de debates y estudios posteriores (resaltar tales cambios en el equipo editorial en el correo electrónico de presentación). Sólo se tolerarán cambios no justificados en trabajos publicados anteriormente hasta un límite del 30% de coincidencia de caracteres.

7.7. Las traducciones de los artículos también podrán ser puestas a consideración de la revista, siempre que vayan acompañadas de la autorización de sus respectivos autores y, en su caso, de la revista de la que sean titulares sus derechos de publicación. Sin embargo, la decisión de publicarlo o no será prerrogativa de la coordinación de la Revista.

- 7.8. Uma vez recebido o trabalho por a coordinaçãõ de a revista, se entregará al autor el respectivo acuse de recibo.
- 7.9. Luego de verificar el cumplimiento de las normas de publicaci3n, el trabajo ser4 sometido a an4lisis previo por parte de la coordinaci3n, para verificar su adecuaci3n a la lnea editorial. Luego de esta evaluaci3n, el artculo habr4 eliminado todos los elementos que permitan la identificaci3n de su autor y ser4 enviado al an4lisis de un 4rbitro an3nimo, designado por el coordinador del Consejo Editorial, para una evaluaci3n cualitativa de su forma y contenido. Si la revisi3n es negativa, el trabajo se enviar4 a un segundo revisor an3nimo, siguiendo el sistema de revisi3n por pares doble ciego.
- 7.10. La selecci3n de trabajos para publicaci3n es responsabilidad del Consejo Editorial y se har4 mediante el an4lisis de opiniones t4cnicas. Los trabajos recibidos para an4lisis y aprobados no ser4n devueltos a los autores.
- 7.11. Las decisiones del Consejo Editorial no ser4n objeto de apelaci3n o impugnaci3n en ninguna etapa del proceso.
- 7.12. La coordinaci3n estar4 a disposici3n de los autores, siempre que deseen obtener informaci3n sobre el avance del proceso de an4lisis editorial de los trabajos enviados, a trav4s del correo electr3nico <revista.rdsc@unisa.br>, asunto: Informaci3n sobre el an4lisis de material de la Revista.
- 7.13. Los casos omitidos ser4n resueltos por el Consejo de Editorial de la REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO.

8. RÈGLES DE PUBLICATION - FRANÇAISE

- 8.1. Les articles doivent 4tre pr4c4d4s d'une page de titre qui comportera : le titre de l'ouvrage en fran7aise (centr4 et surlign4 en gras) ; titre de l'ouvrage en anglais (centr4 et surlign4 en gras) ; nom de l'auteur, adresse postale compl4te, avec code postal, t4l4phone/fax, email et curriculum vitae tr4s succinct, de trois lignes maximum, avec les principaux titres acad4miques et/ou l'activit4 principale exerc4e ; r4sum4, en portugais, suivi des mots-cl4s ; r4sum4, en anglais, suivi de mots-cl4s.
- 8.2. Le r4sum4 suivra les directives de l'ABNT NBR 6028:2003 (Norme br4silienne de l'Association br4silienne des normes techniques). Il doit comprendre, dans sa structure, quatre parties : objet (de quoi il s'agit) ; objectif (o4 voulez-vous aller) ; m4thode (type de recherche ou structure textuelle) ; conclusion (r4sultats obtenus). Il aura un maximum de 10 lignes et sera r4dig4 en un seul paragraphe, en respectant la ponctuation grammaticale.
- 8.3. Les mots-cl4s (mots ou expressions qui expriment les id4es centrales du texte) doivent 4tre au maximum de cinq, par exemple: Mots-cl4s: Droit m4dical; procedures m4dicales; responsabilit4; indemniti; proportionnalit4.
- 8.4. Les 3uvres soumises doivent 4tre pr4sent4es de la mani4re suivante:

- a. Feuille de papier A4;
 - b. Entre 15 et 25 pages, avec des paragraphes justifiés, sans mise en forme d'aucune sorte;
 - c. Police Times New Roman, taille 12;
 - d. Interligne, caractères et mots : simple;
 - e. Marges supérieure et inférieure de 2,0 cm, côtés gauche et droit de 3,0 cm;
 - f. Texte structuré avec résumé, introduction, développement, conclusion et références aux sources consultées. L'introduction doit contenir la justification et les objectifs du travail, en soulignant la pertinence du sujet étudié; le développement inclura la discussion et/ou l'analyse des hypothèses présentées, avec un support bibliographique adéquat ; la conclusion doit contenir de manière concise la réponse aux objectifs proposés ; la numérotation des sujets doit être progressive, identifiée par des chiffres arabes, sans point, avec deux espaces avant le titre du sujet (Exemple : 2) et les sous-sections ont un point intermédiaire (Exemple: 2.1);
 - g. Toute emphase que vous souhaitez donner au texte doit être faite avec l'utilisation de l'italique. Les caractères gras ou soulignés ne doivent pas être utilisés. Les citations d'autres auteurs de trois lignes au maximum doivent être faites entre guillemets, dans le corps du texte, sans utiliser d'italique. Les citations qui dépassent trois lignes doivent apparaître dans leur propre paragraphe, avec une indentation de 4,0 cm, police 1 point plus petite que le texte principal, sans guillemets, conformément aux directives de l'ABNT NBR 10520:2023 (Citations dans les documents). Les références législatives ou jurisprudentielles doivent contenir toutes les données nécessaires à leur identification et localisation correctes. Dans les citations de sites Internet, la date d'accès doit être expressément indiquée dans le format suivant : Consulté le : 23 oct. 2021.
 - h. Les citations dans des langues autres que le français doivent être traduites.
 - i. Les notes de bas de page de chaque page seront utilisées, de préférence, pour la présentation des concepts et des précisions qui ne peuvent pas être insérées dans le corps du texte;
 - j. Les références textuelles doivent être faites conformément à la NBR ABNT 6023:2018. Ils doivent être cités au format « auteur : date » dans le corps du texte principal. Toutes les sources utilisées dans la recherche et citées dans le texte doivent apparaître à la fin de l'article avec le titre Références.
- 8.5. Les ouvrages qui ne respectent aucune des règles de publication seront retournés. La Revue ne sera pas responsable et ne corrigera, n'adaptera ou ne complétera pas les travaux, tels que l'insertion de résumés ou de mots-clés, qui relèvent de la seule responsabilité de l'auteur de l'article.
- 8.6. Tous les articles seront inspectés avec un programme anti-plagiat. Les textes publiés sur Internet ou publiés dans les annales d'événements scientifiques ne sont pas considérés comme inédits. Les articles qui consistent en des versions réduites de mémoires de maîtrise ou de thèses de doctorat seront considérés comme non publiés, même s'ils sont entièrement publiés dans des

banques de thèses de programmes de troisième cycle et ceux précédemment publiés dans des annales d'événements scientifiques, mais qui présentent des améliorations effectives à la suite de débats et plus tard (mettez en évidence ces changements dans l'équipe éditoriale dans l'e-mail de couverture). Les modifications injustifiées apportées à des travaux déjà publiés ne seront tolérées que dans la limite de 30 % de correspondance de caractères.

8.7. Des traductions d'articles peuvent également être soumises à la revue pour examen, à condition qu'elles soient accompagnées de l'autorisation de leurs auteurs respectifs et, le cas échéant, de la revue titulaire de leurs droits de publication. Cependant, la décision de le publier ou non sera l'apanage de la coordination de la Revue.

8.8. Une fois l'œuvre reçue par la coordination du Revue, l'accusé de réception correspondant sera remis à l'auteur.

8.9. Après vérification du respect des règles de publication, l'ouvrage fera l'objet d'une analyse préalable par la coordination, afin de vérifier son adéquation à la ligne éditoriale. Après cette évaluation, l'article aura éliminé tous les éléments permettant l'identification de son auteur et sera envoyé à l'analyse d'un rapporteur anonyme, désigné par le coordinateur du Comité éditorial, pour une évaluation qualitative de sa forme et de son contenu. Si l'évaluation est négative, le travail sera envoyé à un deuxième évaluateur anonyme, suivant le système d'évaluation par les pairs en double aveugle.

8.10. La sélection des articles à publier relève de la responsabilité du comité de rédaction et se fera par l'analyse des avis techniques. Les articles reçus pour analyse et approuvés ne seront pas retournés aux auteurs..

8.11. Les décisions du comité de rédaction ne seront pas susceptibles d'appel ou de contestation à aucune étape du processus.

8.12. La coordination sera à la disposition des auteurs, chaque fois qu'ils voudront obtenir des informations sur l'état d'avancement du processus d'analyse éditoriale des travaux soumis, par le biais du courrier électronique <revista.rdsc@unisa.br>, objet : Informations sur l'analyse des Matériel de la Revue.

8.13. Les cas omis seront résolus par le comité de rédaction du REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO.

9. REGOLAMENTO DI PUBBLICAZIONE - ITALIANO

9.1. Gli articoli dovranno essere preceduti da una copertina che riporterà: titolo dell'opera in italiano (centrato ed evidenziato in grassetto); titolo dell'opera in inglese (centrato ed evidenziato in grassetto); nome dell'autore, indirizzo postale completo, con CAP, telefono/fax, email e curriculum vitae molto breve, di massimo tre righe, con i principali titoli accademici e/o l'attività principale svolta; sommario, in italiano, seguito dalle parole chiave; abstract, in inglese, seguito da parole chiave.

9.2. L'abstract seguirà le linee guida di ABNT NBR 6028:2003 (standard brasiliano dell'Associazione brasiliana degli standard tecnici). Deve comprendere, nella sua struttura, quattro parti: oggetto (di cosa si tratta); obiettivo (dove vuoi andare); metodo (tipo di ricerca o struttura testuale); conclusione (risultati ottenuti). Avrà un massimo di 10 righe e sarà scritto in un unico paragrafo, obbedendo alla punteggiatura grammaticale.

9.3. Le parole chiave (parole o espressioni che esprimono le idee centrali del testo) devono essere al massimo cinque, ad esempio: Parole chiave: Diritto medico; procedure mediche; responsabilità; indennità; proporzionalità.

9.4. Le opere presentate devono essere presentate nel modo seguente:

a. Foglio di carta A4;

b. Tra le 15 e le 25 pagine, con paragrafi giustificati, senza formattazioni di alcun tipo;

c. Font Times New Roman, dimensione 12;

d. Interlinea, caratteri e parole: singolo;

e. Margini superiore e inferiore di 2,0 cm, lati sinistro e destro di 3,0 cm;

f. Testo strutturato con sintesi, introduzione, sviluppo, conclusione e riferimenti alle fonti consultate. L'introduzione deve contenere la giustificazione e gli obiettivi del lavoro, evidenziando la rilevanza del tema indagato; lo sviluppo comprenderà la discussione e/o l'analisi delle ipotesi presentate, con adeguato supporto bibliografico; la conclusione deve contenere sinteticamente la risposta agli obiettivi proposti; la numerazione degli argomenti deve essere progressiva, identificata con numeri arabi, senza punto, con due spazi prima del titolo dell'argomento (Esempio: 2) e le sottosezioni hanno un punto intermedio (Esempio: 2.1);

g. Qualsiasi enfasi che vuoi dare al testo dovrebbe essere fatta usando il corsivo. Il grassetto o la sottolineatura non devono essere utilizzati. Le citazioni di altri autori fino a tre righe devono essere riportate tra virgolette, nel corpo del testo, senza l'uso del corsivo. Le citazioni che superano le tre righe devono apparire nel proprio paragrafo, con un rientro di 4,0 cm, font 1 punto più piccolo del testo principale, senza virgolette, secondo le linee guida di ABNT NBR 10520:2023 (Citazioni nei documenti). I riferimenti legislativi o giurisprudenziali devono contenere tutti i dati necessari alla loro corretta identificazione e localizzazione. Nelle citazioni dei siti Internet la data di accesso deve essere espressamente indicata nel seguente formato: Accesso effettuato il: 23 ott 2021.

h. Le citazioni in lingue diverse dallo italiano devono essere tradotte.

i. Le note a piè di pagina di ogni pagina verranno utilizzate, preferibilmente, per la presentazione di concetti e chiarimenti che non possono essere inseriti nel corpo del testo.

j. I riferimenti testuali devono essere effettuati in accordo con la NBR ABNT 6023:2018. Devono essere citati nel formato "autore: data" nel corpo del testo principale. Tutte le fonti utilizzate nella ricerca e citate nel testo devono apparire alla fine dell'articolo con il titolo *Riferimenti*.

- 9.5. Le opere non conformi a nessuna delle norme di pubblicazione verranno restituite. La Rivista non sarà responsabile e non correggerà, adatterà o integrerà i lavori, come l'inserimento di abstract o parole chiave, che sono di esclusiva responsabilità dell'autore dell'articolo.
- 9.6. Tutti gli articoli saranno esaminati con un programma anti-plagio. Non sono considerati inediti i testi pubblicati su internet o pubblicati in annali di eventi scientifici. Saranno considerati inediti gli articoli che consistono in versioni ridotte di tesi di laurea magistrale o di dottorato, anche se integralmente pubblicati nelle banche di tesi dei corsi di perfezionamento e in quelli precedentemente pubblicati negli annali di eventi scientifici, ma che presentino effettivi miglioramenti a seguito di dibattiti e studi successivi (evidenziare tali cambiamenti nella redazione nell'e-mail di copertina). Modifiche ingiustificate al lavoro precedentemente pubblicato saranno tollerate solo fino a un limite del 30% di corrispondenza dei caratteri.
- 9.7. Le traduzioni di articoli possono anche essere sottoposte a esame alla rivista, purché accompagnate dall'autorizzazione dei rispettivi autori e, se del caso, della rivista che ne detiene i diritti di pubblicazione. Tuttavia, la decisione di pubblicarlo o meno sarà prerogativa del coordinamento della Rivista.
- 9.8. Una volta ricevuta l'opera dal coordinamento della rivista, sarà consegnata all'autore la relativa ricevuta di ritorno.
- 9.9. Dopo aver verificato il rispetto del regolamento di pubblicazione, l'opera sarà sottoposta ad una preventiva analisi da parte del coordinamento, per verificarne l'idoneità alla linea editoriale. Dopo tale valutazione, l'articolo avrà eliminato tutti gli elementi che consentono l'identificazione del suo autore e sarà inviato all'analisi di un referente anonimo, nominato dal coordinatore della Redazione, per una valutazione qualitativa della sua forma e del suo contenuto. Se la recensione è negativa, il lavoro sarà inviato a un secondo revisore anonimo, seguendo il sistema di peer review in doppio cieco.
- 9.10. La selezione dei paper per la pubblicazione è di competenza del Comitato Editoriale e avverrà attraverso l'analisi di pareri tecnici. I documenti ricevuti per l'analisi e approvati non verranno restituiti agli autori.
- 9.11. Le decisioni del Comitato Editoriale non potranno essere oggetto di ricorso o impugnazione in nessuna fase del processo.
- 9.12. Il coordinamento sarà a disposizione degli autori, ogni qualvolta vorranno ottenere informazioni sullo stato di avanzamento del processo di analisi editoriale delle opere presentate, tramite la posta elettronica <revista.rdsc@unisa.br>, oggetto: Informazioni sull'analisi del Materiale della rivista.
- 9.13. I casi omissi saranno risolti del Comitato Editoriale della REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO.

10. CIENTIFICIDADE

Os artigos deverão apresentar caráter científico, definindo e esclarecendo um (ou mais) problema específico, resumizando os estudos prévios sobre a temática e informando aos leitores o estado em que se encontra uma determinada área de investigação. Além disso, o trabalho deve buscar identificar relações, contradições, lacunas e inconsistências na literatura e indicar sugestões para a resolução dos problemas identificados.

Preferencialmente, serão publicados artigos que apresentem contribuição inédita e efetiva às ciências jurídicas e médicas, a partir de referências sólidas e/ou pesquisa empírica inédita. Assim, o trabalho deverá ser uma fonte confiável para o leitor conhecer o estado atual de cada área acerca da temática abordada, é necessária a referência a todas as informações nele inseridas e, ainda, precisam ser identificados e justificados os métodos de correção estatística que eventualmente sejam utilizados.

10.1. Pressupostos de Integridade Ética em Pesquisa

a) **Autoria:** Todas as pessoas que contribuíram para a pesquisa devem ser indicadas. Cada autor deve ter participado suficientemente do trabalho para poder assumir publicamente a responsabilidade pelo seu conteúdo. Sua participação deve incluir: a) a concepção ou delineamento ou ainda análise e interpretação dos dados, ou ambos; b) redação do manuscrito ou sua revisão, quando inclua crítica intelectual importante de seu conteúdo; c) aprovação final da versão a ser publicada. A simples participação na coleta de dados não justifica autoria.

b) **Coautoria:** Quando se tratar da publicação de resultados obtidos por meio de pesquisa coletiva, é preciso certificar-se da contribuição intelectual direta e efetiva e do consentimento de todos os colaboradores. A cessão de recursos financeiros e de infraestrutura não é indicação de coautoria.

c) **Vedação de Plágio:** Quando uma ideia ou uma formulação utilizada no trabalho não sejam evidentemente de domínio público na área de pesquisa em questão, presume-se que se trata de contribuição original. Se não for esse o caso, a ideia ou formulação devem ser expressamente creditadas, sob pena de plágio.

d) **Vedação de Autoplágio:** Quando trabalho idêntico ou substancialmente semelhante tiver sido publicado em outro veículo de comunicação, ainda que em outro idioma, esse fato deve ser declarado expressamente no texto e informado ao editor no momento da submissão. A falta de menção expressa a esse fato caracterizará o autoplágio.

e) **Responsabilidade:** O autor ou, quando for o caso, cada um dos autores é responsável pela qualidade do trabalho como um todo, a menos que os limites de sua contribuição sejam indicados de modo expresso e preciso.

f) **Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE):** Sempre que, em virtude do objeto ou outras circunstâncias de pesquisa, for possível a identificação dos entrevistados, será exigida a apresentação de TCLE dos entrevistados que puderem ser identificados.

g) Conflito de interesses: quando houver possível conflito de interesses, os autores devem informar a equipe editorial no ato da submissão do trabalho. Os editores decidirão sobre a configuração de conflito de interesses avaliando se a cientificidade da obra foi comprometida.

h) Responsabilidade com Dados

- Fontes: Sempre que se faz referência a dados é necessário que seja apontada a sua fonte.
- Termo de Confidencialidade: Sempre que um trabalho fizer uso de dados obtidos através de TC, é preciso que os autores enviem o termo no ato da submissão do trabalho para que se possa apurar sua observância.
- Manipulação: Sempre que se utilizarem métodos de correção estatística, os mesmos devem ser identificados e justificados.

10.2. Responsabilidade editorial

a) O parecer cego deve ser feito com rigor, objetividade, imparcialidade e presteza. O interesse em realizar a melhor avaliação deve prevalecer em face de outros interesses, como o cumprimento estrito de prazos estipulados. As divergências de juízos não devem ser tomadas como razões suficientes para a emissão de parecer desfavorável.

b) O revisor deve tratar com confidencialidade e não fazer uso próprio das informações a que tenha tido acesso no exercício de sua função de avaliador.

c) O revisor deverá abster-se de sua função de avaliador, por potencial conflito de interesse, quando mantiver colaboração científica regular, em atividade de pesquisa, publicação, orientação ou tutoria, ou quando tiver relação familiar ou afetiva com algum dos pesquisadores responsáveis pela proposta submetida à sua avaliação.

d) Todos os casos em que se verificarem violações de natureza ética, serão devidamente apurados pela coordenação da REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO mediante estudo, debate e encaminhamento das providências cabíveis.

10.3. Política de Privacidade

a) Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

b) A REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO adota o sistema de controle duplo-cego por pares, de modo que há anonimato entre os avaliadores e autores, respeitando o sigilo sobre os dados do redator do parecer no momento do encaminhamento ao autor.

c) Com relação aos pareceres eventualmente emitidos pelos avaliadores da REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO, embora utilize-se o sistema de controle duplo-cego (em que autor e revisores não têm informações recíprocas no momento da avaliação), após a finalização do processo editorial, a partir do momento da tomada da decisão final pela equipe editorial, não há proibição de publicização do parecer pelo seu autor (parecerista). Por exemplo, autoriza-se (e sugere-se) a publicação do conteúdo das avaliações no sistema PUBLONS. Ou seja, os direitos autorais sobre os pareceres são dos seus respectivos autores (pareceristas). O

direito de anonimato em relação à avaliação é disponível ao parecerista, que pode optar por publicar posteriormente o parecer emitido.

d) A partir dessa lógica, deve-se ressaltar que os autores dos artigos submetidos não podem dar publicidade a eventuais pareceres recebidos, salvo em caso de autorização expressa do parecerista.

e) Por fim, ao submeter o artigo para o processo editorial da REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE COMPARADO, o autor está ciente e autoriza eventual divulgação do parecer emitido por qualquer avaliador do periódico, por exemplo, no sistema PUBLONS.

10.4. Processo de verificação de denúncias

Denúncias e suspeitas de atos que violem as diretrizes de integridade científica serão analisadas pela equipe editorial da Revista, com respeito ao contraditório e motivadas as decisões. Eventualmente especialistas externos podem ser contactados para emissão de parecer.

Qualquer pessoa pode a qualquer momento enviar denúncias de atos que violem as diretrizes de integridade científica para <revista.rdsc@unisa.br>.

11. DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais dos artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação.

Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Se não houver tal indicação, considerar-se-á situação de autoplágio.

Portanto, a reprodução, total ou parcial, dos artigos aqui publicados fica sujeita à expressa menção da procedência de sua publicação neste periódico, citando-se o volume e o número dessa publicação. Para efeitos legais, deve ser consignada a fonte de publicação original.